1. Determinado advogado, valendo-se dos poderes para receber, que lhe foram outorgados pelo autor de certa demanda, promove o levantamento da quantia depositada pelo réu e não presta contas ao seu cliente, apropriando-se dos valores recebidos. Por tal infração disciplinar, qual a sanção prevista no Estatuto da Advocacia e da OAB?
a) Censura, com possibilidade de conversão em advertência, caso o advogado infrator preste contas ao seu cliente antes do fim do processo disciplinar instaurado na OAB.
b) Suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias a 12 (doze) meses, perdurando a suspensão até que o advogado satisfaça integralmente a dívida.
c) Suspensão pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.
d) Exclusão.

2. A advogada Ana retirou de cartório os autos de determinado processo de conhecimento em que representava a parte ré, para apresentar contestação. Protocolou a petição tempestivamente, mas deixou de devolver os autos em seguida por esquecimento, só o fazendo após ficar pouco mais de um mês com os autos em seu poder. Ao perceber que Ana não devolvera os autos imediatamente após cumprir o prazo, o magistrado exarou despacho pelo qual a advogada foi proibida de retirar novamente os autos do cartório em carga, até o final do processo.
Nos termos do Estatuto da Advocacia, deve-se assentar quanto à sanção disciplinar que:
a) não se aplica porque Ana não chegou a ser intimada a devolver os autos.
b) não se aplica porque Ana ficou menos de três meses com os autos em seu poder.
c) aplica-se porque Ana reteve abusivamente os autos em seu poder.
d) aplica-se porque Ana não poderia ter retirado os autos de cartório para cumprir o prazo assinalado para contestação.

3. Acerca do processo disciplinar regulamentado no NOVO Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção incorreta**:**
a) Apresentadas as razões finais, o relator profere parecer preliminar, a ser submetido ao Tribunal de Ética e Disciplina.
b) Se, após a defesa prévia, o relator se manifestar pelo indeferimento liminar da representação, este deve ser decidido pelo Presidente do Conselho Seccional, para determinar seu arquivamento.
c) O comparecimento das testemunhas incumbe ao representante e ao representado, SALVO se, ao apresentarem o respectivo rol, requererem, por motivo justificado, sejam elas notificadas a comparecer à audiência de instrução do processo.
d) Na sessão de julgamento pelo TED será oportunizada a sustentação oral, após o voto do Relator.

Anotações

04. **(OAB XXI Exame Unificado FGV – 2016)** Adolfo, policial militar, consta como envolvido em fato supostamente violador da integridade física de terceiros, apurado em investigação preliminar perante a Polícia Militar. No curso desta investigação, Adolfo foi notificado a prestar declarações e, desde logo, contratou a advogada Simone para sua defesa. Ciente do ato, Simone dirige-se à unidade respectiva, pretendendo solicitar vista quanto aos atos já concluídos da investigação e buscando tirar cópias com seu aparelho celular. Além disso, Simone intenta acompanhar Adolfo durante o seu depoimento designado. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) É direito de Simone, e de seu cliente Adolfo, que a advogada examine os autos da investigação, no que se refere aos atos já concluídos e documentados, porém, a possibilidade de emprego do telefone celular para tomada de cópias fica a critério da autoridade responsável pela investigação. Também é direito de ambos que Simone esteja presente no depoimento de Adolfo, sob pena de nulidade absoluta do ato e de todos os elementos investigatórios dele decorrentes.

b) É direito de Simone, e de seu cliente Adolfo, que a advogada examine os autos, no que se refere aos atos já concluídos e documentados, bem como empregue o telefone celular para tomada de cópias digitais, o que não pode ser obstado pela autoridade responsável pela investigação. Também é direito de ambos que Simone esteja presente no depoimento de Adolfo, sob pena de nulidade absoluta do ato e de todos os elementos investigatórios dele decorrentes.

c) É direito de Simone, e de seu cliente Adolfo, que a advogada examine os autos, no que se refere aos atos já concluídos e documentados, bem como empregue o telefone celular para tomada de cópias digitais, o que não pode ser obstado pela autoridade responsável pela investigação. Também é direito de ambos que Simone esteja presente no depoimento de Adolfo, sob pena de nulidade relativa apenas do ato em que embaraçava a sua presença.

d) Considerando cuidar-se de mera investigação preliminar, Simone não possui o direito de examinar os atos já concluídos e documentados ou tomar cópias. Do mesmo modo, por não se tratar de interrogatório formal, mas mera investigação preliminar, sujeita à disciplina da legislação castrense, não configura nulidade se obstada a presença de Simone no depoimento de Adolfo.

Anotações

05. (OAB – FGV – IV Exame Unificado – 2011.1) Semprônio reside no Estado W, onde mantém o seu escritório de advocacia, mas requer sua inscrição principal no Estado K, onde, em alguns anos, pretende estabelecer domicílio. No concernente ao tema, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que:

a) o advogado pode eleger qualquer seccional para inscrição principal ao seu arbítrio.
b) o Conselho Federal pode autorizar a inscrição principal fora da sede do escritório do advogado.
c) a dúvida entre domicílios, prevalece o da sede principal do exercício da advocacia.
d) a inscrição principal está subordinada ao domicílio profissional do advogado.

06. (OAB/FGV – Exame 2011.3) Mévio é advogado empregado de empresa de grande porte atuando como diretor jurídico e tendo vários colegas vinculados à sua direção. Instado por um dos diretores, escala um dos seus advogados para atuar em processo judicial litigioso, no interesse de uma das filhas do referido diretor. À luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

a) a defesa dos interesses dos familiares dos dirigentes da empresa está ínsita na atuação profissional do advogado empregado.
b) a atuação do advogado empregado nesses casos pode ocorrer voluntariamente, sem relação com o seu emprego.
c) a relação de emprego retira do advogado sua independência profissional, pois deve defender os interesses do patrão.
d) em casos de dedicação exclusiva, a jornada de trabalho máxima do advogado será de quatro horas diárias e de vinte horas semanais.

Anotações

07. (OAB XX Exame Unificado FGV – 2016.2) A advogada Laila representou judicialmente Rita, em processo no qual esta postulava a condenação do Município de Manaus ao cumprimento de obrigação de pagar quantia certa. Fora acordado entre Laila e Rita o pagamento de valor determinado à advogada, a título de honorários, por meio de negócio jurídico escrito e válido. Após o transcurso do processo, a Fazenda Pública foi condenada, nos termos do pedido autoral. Antes da expedição do precatório, Laila juntou aos autos o contrato de honorários, no intuito de obter os valores pactuados. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que

a) Laila deverá executar os honorários em face de Rita em processo autônomo, sendo vedado o pagamento nos mesmos autos, por se tratar de honorários contratuais e não sucumbenciais.
b) o juiz deverá determinar que os valores acordados a título de honorários sejam pagos diretamente a Laila, por dedução da quantia a ser recebida por Rita, independentemente de concordância desta nos autos, salvo se Rita provar que já os pagou.
c) Laila deverá executar os honorários em face do município de Manaus, em processo autônomo de execução, sendo vedado o pagamento nos mesmos autos, por se tratar de honorários contratuais e não sucumbenciais.
d) o juiz poderá determinar que os valores acordados a título de honorários sejam pagos diretamente a Laila, por dedução da quantia a ser recebida por Rita, caso Rita apresente sua concordância nos autos.

08. (OAB/XIX Exame Unificado FGV/2016.1) Formaram-se em uma Faculdade de Direito, na mesma turma, Luana, Leonardo e Bruno. Luana, 35 anos, já exercia função de gerência em um banco quando se graduou. Leonardo, 30 anos, é prefeito do município de Pontal. Bruno, 28 anos, é policial militar no mesmo município. Os três pretendem praticar atividades privativas de advocacia. Considerando as incompatibilidades e impedimentos ao exercício da advocacia, assinale a opção correta.

a) Luana não está proibida de exercer a advocacia, pois é empregada de instituição privada, inexistindo impedimentos ou incompatibilidades.
b) Bruno, como os servidores públicos, apenas é impedido de exercer a advocacia contra a Fazenda Pública que o remunera.
c) Os três graduados, Luana, Leonardo e Bruno, exercem funções incompatíveis com a advocacia, sendo determinada a proibição total de exercício das atividades privativas de advogado.
d) Leonardo é impedido de exercer a advocacia apenas contra ou em favor de pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

Anotações

09. Tales, advogado, foi contratado por Anaximandro, investigado em operação policial de repercussão nacional, para acompanhar as diligências ainda na fase de investigação. No curso da apuração, Tales apresentou razões escritas. Acerca dos direitos do advogado, assinale a opção correta:
a) Tales pode apresentar razões e quesitos na fase de apuração.
b) Tales deverá aguardar o recebimento da denúncia para apresentar suas manifestaões escritas, sendo-lhe vedado fazê-lo na fase inquisitorial.
c) Em nenhuma hipótese poderá a autoridade policial delimitar o acesso de Tales aos elementos de prova, nem mesmo relativos às diligências ainda em andamento.
d) Mesmo que o inquérito policial tramite em sigilo, Tales não precisará apresentar procuração para ter acesso aos autos.

10. Heráclito é sócio de uma sociedade de advogados sediada na Seccional da OAB/SP, onde o mesmo possui inscrição principal. Em razão de suas especialidades advocatícias, Heráclito também foi sondado por diversos clientes no Estado de Minas Gerais. Em razão do exposto, Heráclito poderá:
a) advogar normalmente no Estado de Minas Gerais, sem necessidade de inscrição suplementar, independentemente da quantidade de ações que vier a propor.
b) acompanhar quantas causas quiser em Minas Gerais, desde que o faça através da sociedade de advogados (pessoa jurídica) de que já é sócio.
c) constituir sociedade unipessoal de advocacia em Minas Gerais, mesmo já sendo sócio de sociedade de advogados em SP, devendo, para tanto, promover sua inscrição suplementar em MG.
d) obter autorização escrita do Presidente da OAB/MG para, excepcionalmente, atuar em Minas Gerais, pessoalmente ou através da sociedade de advogados sediada na OAB/SP.

11. Homero é autor de ação indenizatória de que saiu vencedor. Com o trânsito em julgado da sentença condenatória e o depósito judicial do réu, Parmênides, advogado regularmente constituído nos autos por Homero, efetuou o levantamento do alvará cujos valores deveria repassar ao cliente, mediante prestação de contas, porém não o fez, em razão da crise econômica e das dificuldades financeiras que assolaram seu escritório. Com base no exposto, assinale a opção falsa:
a) a obrigação de prestação de contas ao cliente pode ser prorrogada ou excepcionalizada em casos específicos, como no presente, desde que demonstrada a dificuldade financeira por parte de Parmênides.
b) Homero terá o prazo de cinco anos para exigir contas de seu advogado Parmênides, sob pena de prescrição.
c) Além da obrigação de prestar contas, Parmênides também poderá responder disciplinarmente caso não o faça, hipótese em que seria aplicável a sanção de suspensão do exercício profissional.
d) Caso seja punido disciplinarmente, a sanção imposta a Parmênides poderá perdurar até satisfação integral da dívida, principal e acessórios.

Anotações

12.Sócrates é advogado muito bem quisto na Subseção de Atenas/MG, onde exerce a profissão há mais de dez anos. Por tais razões, foi eleito Vice-Presidente da Subseção da OAB de Atenas/MG. Durante a investidura de Sócrates, seu desafeto, Meleto, representou disciplinarmente contra o mesmo, imputando-lhe condutas incompatíveis com a advocacia. Sobre o processo disciplinar na OAB, indique a opção correta:
a) Por ter sido eleito Vice-Presidente Subseccional, o processo disciplinar em desfavor de Sócrates só poderá ser processado e julgado perante o Conselho Federal da OAB.
b) Por ter sido eleito Vice-Presidente Subseccional, o processo disciplinar em desfavor de Sócrates só poderá ser processado e julgado perante o Conselho Seccional da OAB.
c) Por ter sido eleito Vice-Presidente Subseccional, o processo disciplinar em desfavor de Sócrates só poderá ser processado e julgado perante o Conselho Subseccional da OAB.
d) Por ocupar cargo de dirigente Subseccional, o processo disciplinar de Sócrates deverá ser suspenso até o término do mandato eletivo.

13. A Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia possui 5 (cinco) Diretores: Pitágoras; Filolau; Árquitas; Xenófanes e Melisso. Descobriu-se, contudo, durante a investidura destes Diretores, algumas irregularidades na gestão da CAA, onde restaram apurados desvios de finalidade e de recursos do órgão. Em razão do exposto, aponte a assertiva verdadeira:
a) A Caixa de Assistência poderá sofrer intervenção, desde que aprovada por *quorum* de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho Seccional da OAB/BA.
b) A Caixa de Assistência poderá sofrer intervenção, desde que aprovada por *quorum* de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho Federal da OAB.
c) Excepcionalmente a CAA pode ser criada por um Conselho Seccional que contar com menos de mil e quinhentos inscritos.
d) Por se tratar de órgão autônomo da OAB, a CAA não poderá sofrer intervenção de outro órgão da OAB, exceto se houver autorização judicial.

Anotações

14. O acordo celebrado entre o cliente e a parte contrária:
a) prejudica apenas os honorários convencionados;
b) prejudica apenas os honorários concedidos por sentença;
c) prejudica os honorários convencionados e os concedidos por sentença;
d) não prejudica os honorários, quer convencionados, quer concedidos por sentença.

15. Não é competência do Conselho Seccional da OAB:
a) manter cadastro de seus inscritos;
b) fixar a tabela de honorários;
c) resolver os casos omissos no Estatuto;
d) aprovar e modificar seu orçamento anual.

16. O advogado Protágoras, muito envolvido com as questões sociais em sua comarca, resolveu dedicar, de forma eventual, algum tempo de sua advocacia às pessoas carentes, de forma voluntária, nada cobrando dos clientes necessitados. Relativamente à advocacia pro bono, assinale a opção incorreta:
a) Mesmo na advocacia gratuita, Protágoras deverá empregar o zelo e dedicação habituais, não deixando os clientes desamparados.
b) Considera-se advocacia pro bono a prestação gratuita, habitual e voluntária de serviços jurídicos, em favor de instituições sociais sem fins econômicos e aos seus assistidos, mesmo que os beneficiários disponham de recursos para a contratação de profissional.
c) a advocacia pro bono não poderá ser utilizada para fins político-partidários ou eleitorais.
d) a advocacia pro bono não poderá beneficiar instituições que visem a objetivos políticos ou promocionais, nem tampouco ser instrumento de publicidade para captação de clientela.

17. Demócrito é estagiário de advocacia, e precisa obter determinada certidão, nos autos de determinado cumprimento de sentença, no sentido de que certo bem encontra-se penhorado. É verdadeiro dizer que o requerimento de certidão:
a) deverá estar assinado por advogado, podendo trazer, em conjunto, assinatura de Demócrito.
b) Por se tratar de cumprimento de sentença, cuja cognição é sumária, não há falar-se na possibilidade de requerimento de certidão de penhora, seja a pedido do advogado, seja do estagiário.
c) poderá ser assinado exclusivamente por Demócrito, desde que conste nos autos autorização do advogado nesse sentido.
d) poderá ser assinado exclusivamente por Demócrito, independentemente de autorização do advogado.

Anotações

18. A pena de censura é aplicável nas seguintes hipóteses, exceto:

a) violação a preceito do Código de Ética e Disciplina;
b) reincidênicia em infração disciplinar;
c) violação a preceito do Estatuto, quando o mesmo não estabelecer pena mais grave;
d) prejudicar, por culpa grave, interesse confiado ao seu patrocínio.

Anotações